



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JABORÁ**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2024**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2024**

O **MUNICÍPIO DE JABORÁ**, Estado de SANTA CATARINA, com sede administrativa na Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, em conformidade com a Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.494/2024 que regulamenta a contratação de baixo valor alterações, realizará **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2024 através de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 34/2024**, nas condições fixadas nesta justificativa e anexos.

**I – OBJETO**

Este processo de dispensa de licitação tem por objeto a apresentação de parâmetros e elementos descritivos para a contratação de pessoa física especializada para prestação de serviços de locação e instalação de palcos para as festas juninas das escolas e passarela para a escolha da rainha do colono do município Jaborá (SC).

Os itens terão a sua especificação, quantidades e valores conforme tabela a seguir:

<b>Item</b>	<b>Características</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor unitário R\$</b>	<b>Total R\$</b>
01	PASSARELA MOVEL - EM PRATICAVEL COM CHAPA NAVAL 25MM PRETA ANTIDERRAPANTE COM LATERAL EM ALUMINIO LIGA 6351T6 COM PES AJUSTAVEL DE 0,50 A 1,00 MTS EM FORMA DE T SENDO LARGURA DE 2 METROS APÓS O AVANÇO DE 3 MTS, PARTE FRONTAL COM 8 METROS DE LARGURA, COM FORRAÇÃO EM TECIDO PRETO OXFORD, ACOMPANHADO DE 60 MTS DE FITA RGB, FIXADO NAS BORDAS PARA EFEITOS DE COR CONTROLADA POR CONTROLE REMOTO. NECESSIDADE DE LOCAÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DO EVENTO.  <b>OBS: A INSTALAÇÃO DEVE SER FEITA NO DIA 05/06/2024 E SER RETIRADA APÓS DIA 08/06/2024.</b>	UND.	01	5.500,00	5.500,00
02	PALCO MOVEL – EM PRATICAVEL COM CHAPA NAVAL 25MM PRETA ANTIDERRAPANTE COM LATERAL EM ALUMINIO LIGA 6351T6 COM PES AJUSTAVEL DE 0,50 A 1,00 MTS SENDO DE 8MT X 6MT, COM	UND.	01	12.000,00	12.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JABORÁ**

FORRAÇÃO EM TECIDO PRETO OXFORD. <b>OBS: A INSTALAÇÃO DEVE SER FEITA NO DIA 21/06/2024 E FICAR ALOCADA NO ESPAÇO PARA RETIRADA APÓS DIA 29/06/2024.</b>				
<b>TOTAL DOS ITENS</b>				<b>R\$ 17.500,00</b>

Em caso de cancelamento e/ou transferência dos eventos, que exija a prorrogação de data, em que a contratante forneça justificativa, este, será remarcado na nova data informada, com antecedência mínima de até 48 horas, sem quaisquer prejuízos à Administração Municipal.

## **II - DA NECESSIDADE DO OBJETO**

A presente aquisição se faz necessária para atender à demanda da Secretaria de Agricultura e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação e Desporto, que irão promover eventos conforme datas descritas no objeto I, item "01" e item "02".

O item "01" é imprescindível para que seja realizado o desfile das candidatas para a escolha da rainha e princesas para a Festa do Colono 2024.

Já, o item "02" será utilizado para as festividades em prol da Festa Junina do ano de 2024 para a educação infantil, dos alunos da escola infantil Prefeito Alcides Ferrari e para os alunos do ensino fundamental da Escola Básica Municipal Alberto Bordin.

Ainda, a Administração reitera sobre o processo de planejamento e estudo técnico para contratação de serviços similares está em andamento, porém até a data o evento não haverá tempo hábil para aguardar a licitação.

Assim, diante do prazo e das datas solicitadas para realização dos eventos, conforme a demanda das secretarias solicitantes em prol de realização de eventos para a comunidade em geral e para os alunos da rede municipal, se faz necessária a contratação do objeto.

Portanto, é indispensável contratar os serviços de locação e instalação de palcos, para atender a essa demanda premente.

## **III - FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A contratação por meio das entidades públicas segue obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, tendo como fundamento principal, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas física e/ou pessoas jurídicas no campo mercadológico distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*

(...)

*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, **compras** e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure*

Rua Ângelo Poyer, 320, Centro - CEP 89677-000 – Jaborá, SC  
Fone/Fax: (49) 3526-2010 E-mail: compras@jabora.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JABORÁ**

*igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Como forma de regulamentar o exercício desta atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que será revogada a partir de 1º de abril de 2023, e a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como a nova Lei de Licitações e contratos administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Dessa forma a regra é licitar, entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções gerenciais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, a Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de procedimento realizado sob obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, a nova de licitação, onde se verifica umas das ocasiões em que é cabível a dispensa de licitação:

*"Art. 75. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;*

*Valor alterado para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) através do Decreto Federal nº 11.871/2023*

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado ainda pelo Decreto Municipal de nº 2.494 de 06 de março de 2024, que dispõe sobre as contratações diretas em razão do baixo valor regido pelos artigos 72 a 75 pela lei federal nº 14.133/2021, no âmbito do município de Jaborá/SC.

#### **IV - JUSTIFICATIVA DA DISPENSA**

*A priori os serviços contratados nesta dispensa, pode ser realizada de forma direta, uma vez que os valores orçados estão enquadrados na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, sendo necessário verificar também a formalidade exigida no art. 72 da referida lei, para poder realizar a contratação direta. Passamos a ver:*

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

*V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JABORÁ**

*VI - razão da escolha do contratado;*

*VII - justificativa de preço;*

*VIII - autorização da autoridade competente.*

*Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.*

*Neste caso, nota-se nos autos do processo, que todos os requisitos exigidos no art. 72, estão devidamente instruídos com os seguintes documentos:*

*i) Pedido/Solicitação de contratação dos materiais, com o respectivo termo de referência/descrição detalhada dos produtos, formalizando a demanda;*

*ii) Estimativa da despesa, contendo as cotações de preço dos produtos, calculada conforme o art. 23 da Lei Federal 14.133/2021;*

*iii) Demonstração da compatibilidade da previsão orçamentária;*

*iv) Parecer jurídico, demonstrando o atendimento dos requisitos exigidos;*

*v) Documentos de habilitação da contratada, comprovando o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimas necessárias;*

*vi) Razão da escolha do contratado;*

*vii) Justificativa do preço, e*

*viii) Autorização/Ratificação da autoridade competente.*

Diante da verificação de atendimento dos requisitos exigidos tanto no art. 72 como no inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, percebe-se que esta dispensa de licitação está que está amparada, primeiramente no baixo valor da contratação, aliado à necessidade premente da Administração da contratação pela agilidade na instauração do procedimento.

#### **IV - RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

Ainda, inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/2021, também se faz necessário a análise em questão dos incisos VI e VII, do art. 72 da mesma lei, assim sendo a *razão de escolha do contratado e Justificativa de preço*, que passamos a analisar.

A contratada para fornecimento dos produtos foi selecionada através de pesquisa de mercado, verificando que a contratação é adequada por atender a especificidade dos serviços solicitados, pela reconhecida experiência adquirida com desempenho de atividades ligadas ao objeto, bem como apresentou todos os requisitos habilitatórios exigidos.

Em análise aos presentes autos, observamos que os preços apresentados pela empresa estão compatíveis com os praticados no mercado, não apresentando assim diferença que venha a influenciar na escolha, ficando vinculada a verificação da habilitação e do critério do preço estar compatível com o de mercado.

#### **V - JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com o art. 23 da lei 14.133/2021.

Justifica-se a contratação de pessoa física especializada para prestação de serviços de locação e instalação de palcos para as festas juninas das escolas e passarela para a escolha da rainha do colono do município Jaborá (SC).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JABORÁ**

No caso em questão, foi aferido o menor preço global, diante pesquisa de mercado com empresas do ramo situados na região, o qual foi composto por 3 (três) propostas válidas juntadas aos autos do processo, verificando todos os valores estarem compatíveis, não apresentando diferença que venha a influenciar na escolha, ficando vinculado apenas à verificação do critério de menor preço para a escolha da contratada.

Desta forma os valores obtidos na pesquisa de preço foram formalizados com as empresas M2M PRODUÇÕES TÉCNICAS DE EVENTOS LTDA, que ofertou o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), ANDRE LUIS DOS SANTOS LTDA, que ofertou o valor de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), e a empresa C3 SUL LTDA, que ofertou o valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).

**VI – DA CONTRATADA**

**C3 SUL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 43.206.620/0001-94, estabelecida no endereço Rua XV de Novembro, nº 739, bairro Centro, Campos Novos/SC, CEP 89620-000.

**VII - DA HABILITAÇÃO E REGULARIDADE DO CONTRATADO**

Nos procedimentos administrativos para contratações, a administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e inciso V do art. 72 Lei Federal 14.133/2021.

*Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:*

*I - Jurídica;*

*II - Técnica;*

*III - fiscal, social e trabalhista;*

*IV - Econômico-financeira.*

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*[...]*

*V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*

Resta deixar consignado que a empresa contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, estando assim, apta a realização da prestação do serviço.

**VII - CONTRATAÇÃO:**

A formalização da contratação, objeto desta dispensa de licitação, fica vinculada a emissão de contrato administrativo a ser regido pelo art. 105 e 107 da Lei 14.133/2021.

**VIII – CONCLUSÃO**

Em razão da justificativa, verifica-se que se comprovou todos os requisitos, a começar pela compatibilidade de preços, bem como o enquadramento nos parâmetros de preço os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando desse fornecimento, podendo a Administração adquiri-los sem qualquer afronta à lei de regência dos certames dos certames licitatórios.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JABORÁ**

Desta forma a Comissão de Contratação manifesta pela possibilidade de contratação da empresa **C3 SUL LTDA**, podendo ser adquirido pelo critério de Dispensa de Licitação, artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, para o qual solicitamos a possibilidade de viabiliza-lo, com a Autorização para fornecimento dos produtos, assim como dos demais atos.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento dos produtos em questão, é decisão discricionária da autoridade competente optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Jaborá/SC, 03 de junho de 2024

**ERICA TEDESCO**  
Agente de Contratação



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JABORÁ**

**RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Jaborá, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, **RATIFICAR** e **AUTORIZAR** a execução do objeto do Processo Administrativo nº 75/2024, de Dispensa de Licitação nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial.

Jaborá/SC, 03 de junho de 2024

**Clevson Rodrigo Freitas**  
Prefeito Municipal